**PROCESSO**: **n º** 2000-024804/2015

**INTERESSADO:** PODER JUDICIÁRIO

**Assunto:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

**Detalhes:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ZELIO DAMIÃO DA SILVA.

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000-024804/2015, em 01 (um) volume, com 83 (oitenta e três) fls., que versa sobre o pagamento fornecimento de Nutrição Enteral Exclusiva ao paciente ZÉLIO DAMIÃO DA SILVA, referente à alimentação fornecida, provenientes de decisão Judicial, MANDADO-OFÍCIO – Nº 001.2015/071699-1. A solicitação de pagamento a empresa SERVENUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS (CNPJ nº 18.656.923/0002-42) está orçada em **R$ 7.956,00 (Sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais)**.

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls. 83), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado nos autos do processo:

**1 – SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO -** Constata-se solicitação de pagamento dos serviços prestados ao paciente ZÉLIO DAMIÃO DA SILVA referente fornecimento de Nutrição Enteral Exclusiva, provenientes de decisão Judicial, MANDADO - OFICIO – Nº 001.2015/071699-1, através da SERVENUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS (CNPJ nº 18.656.923/0002-42). A solicitação de pagamento está orçada em **R$ 7.956,00 (Sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais)**, anexando aos autos nas, fls. 57/59, a ordem de fornecimento e a Supervisora de Logística/SESAU, afirmando o recebimento do material.

**2 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos as folhas 61/65, observa-se Certidões de Regularidade da SERVENUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS (CNPJ nº 18.656.923/0002-42), vencidas.

**3 – DANFE -** Às fls.66 constata-seDANFE nº 000.003.900, de 25/01/17, no valor de R$ 7.956,00, da empresa SERVENUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS (CNPJ nº 18.656.923/0002-42), atestado pela servidora Silvana Maria Macário Moura.

**4 – DECISÃO JUDICIAL –** Nas folhas 04/07 consta nos autos cópia da decisão judicial.

**5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –** Consta nos autos informações sobre a dotação orçamentária a ser utilizada para cobertura da despesa.

**6 – NOTA DE EMPENHO SEM ASSINATURA DO GESTOR** - Destaca-se que a emissão das Notas de Empenhos (**2016NE22789**), às fls.55, ***não possui assinatura da ordenadora de despesa,*** assim como não consta nos autos documento que evidencie a autorização para emissão de nota de empenho. Alerte-se, ainda, para a ausência de documento que ateste a condição de autoridade competente do então Gerente de Finanças, Helion Dionísio de Oliveira, possibilitando a prática de tais atos. Salienta-se que nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964, **“*o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”*.**

A Lei nº 4.320/1964 define a liquidação de despesas como sendo:

**“*a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.* Tal verificação deve-se apurar: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação”.**

Ademais, a liquidação da despesa pública será processada com base nos seguintes documentos: I – contrato, ajuste ou acordo específico; II – nota de empenho; III – comprovantes do material ou da efetiva prestação dos serviços.

De toda a explanação e detalhamento processual, contidos no exame dos autos do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, alertem-se para a necessidade de informações, quais sejam:

1. **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – A liquidação da despesa deve ser precedida da apuração da boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º da Lei Estadual nº 6.161/2000 e da Seção III da Lei nº 8.666/1993.
2. **CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – Ainda a conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a ocorrência da ilegalidade deve ser PREVIAMENTE investigada através de processo administrativo instaurado, nos termos das Leis nº 5.247/1991, nº 6.161/2000 e nº 8.666/1993, no âmbito da SESAU, onde se apurem e se imputem as respectivas responsabilidades**.**
3. **DECISÃO JUDICIAL** – Que seja apensado aos autos à decisão judicial que autoriza a realização das despesas.
4. **DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento que as certidões referentes à regularidade fiscal válida sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.
5. **DO ORDENADOR DE DESPESAS -** Que seja juntado aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17.
6. **DO BLOQUEIO JUDICIAL – Antes do pagamento, que seja verificada a possibilidade da ocorrência de bloqueio judicial quanto a quitação da dívida.**

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens I a VI, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento de dívida à empresaSERVENUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS (CNPJ nº 18.656.923/0002-42), mediante publicação do ato, conforme art. 48, §3º do referido decreto.

Maceió-AL, 18 de outubro de 2017.

Márcia Soares Costa Correia

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 101-5**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**